

Ata nº 72 / XIII / 2.ª SL

Aos quinze dias do mês de março de 2017, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Audição do Secretário de Estado da Internacionalização, por requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP sobre a estratégia do Governo Português para a promoção da internacionalização da economia nacional.

2. Outros Assuntos

Dirigida pelo Vice-presidente da Comissão, Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves**, foram prestadas as boas vindas à entidade a ouvir e explicada a metodologia da audição.

Dado tratar-se de audição requerida pelo Grupo Parlamentar do **CDS/PP**, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila**, que começou por manifestar a sua insatisfação pelo facto de a presente sessão decorrer na sala n.º 7, onde não está disponível registo de vídeo nem a transmissão da audição através do Canal Parlamento.

Intervieram os Senhores **Deputados Paulo Pisco (PS)**, e **Paulo Neves (PSD)** para igualmente manifestarem insatisfação pelo mesmo facto.

Referiu o Senhor **Presidente** compreender as posições manifestadas, mas lembrou recordar-se perfeitamente de o anúncio da audição, bem como da sala onde a mesma teria lugar, terem sido expressamente anunciadas na mesma reunião, no período das Informações Gerais, sendo que, na altura, ninguém havia manifestado qualquer objeção. Assim, propôs que, doravante e por via de regra, todas as audições com membros do Governo português passassem a decorrer em sala com serviço de vídeo, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Foi a palavra devolvida ao Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** que realçou a relevância deste membro do Governo que, recentemente e no que concerne às matérias por si tuteladas, respondeu mais em quatro minutos do que o Ministro em dezasseis meses. Sobre o programa “Internacionalizar”, perguntou para quando está prevista a sua conclusão, qual o formato adotado, e se é o MNE quem coordena a aplicação do Programa. Referiu não estar em causa que o Governo tem vindo a fazer ou não diplomacia económica, mas sobretudo o facto de não se compreender a discricção do Ministro na divulgação do programa, em área tão relevante para a economia nacional, até por ser imprescindível um maior escrutínio da sua aplicação.

Em resposta, começou o Senhor **Secretário de Estado** por manifestar a sua inteira disponibilidade para comparecer perante o Parlamento e, especial, perante esta Comissão, sempre que para tal seja solicitado. Prosseguiu, referindo a necessidade de melhorar o relacionamento entre os órgãos e serviços do Estado, pelo que não deveria ser necessário usar para tal um mecanismo potestativo. De seguida, referiu existir já amplo consenso acerca do teor do programa, existindo margem para diálogo institucional construtivo. Louvou a iniciativa do CDS, lembrando que a institucionalização da Secretaria de Estado da Internacionalização teve em vista potenciar a capacidade de coordenação das redes diplomática, consular e da AICEP, dando continuidade ao trabalho que vinha do antecedente. Lembrou que a estruturação do programa acabou por demorar mais do que o inicialmente previsto, embora seja preferível que assim seja, desde que tal permita garantir melhores resultados, tendo recordado, porém, que muitos documentos relevantes não apareceram em tempo útil. Contudo, o programa vai ser disponibilizado no Conceito Estratégico para a Internacionalização __ cuja composição e modo de funcionamento foi entretanto revisto __, em Abril.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, tendo começado por lembrar o facto de existir enorme falta de capitalização nas empresas que assim se vêm arredadas de diversos concursos internacionais, tendo pedido explicações acerca deste facto. Prosseguiu, perguntando, em primeiro lugar, por que motivo não aumentou Portugal a sua participação na Confederação Andina de Fomento (CAF), o que possibilitaria melhorar as condições de crédito para operar junto dos países membros desta organização, e depois, qual a opinião do Secretário de Estado sobre a necessidade de ver revista a rede da AICEP e, de algum modo,

reorientar a sua atuação, também, no sentido de prestar maior apoio às empresas portuguesas de pequena e média dimensão. Terminou, apelando à necessidade de garantir estabilidade fiscal, atendendo a que os sucessivos anúncios de medidas neste domínio não ajudam à captura de investimento.

Respondeu o Senhor **Secretário de Estado** para lembrar que todo o investimento feito através do canal AICEP (superior a vinte e cinco milhões de euros) havia sido suspenso ou recuado. A questão do financiamento e recapitalização das empresas é central para o “Internacionalizar”. Manifestou concordância acerca da CAF, referindo terem de ser melhorados os mecanismos de acompanhamento. E recordou existir um portal de informação reunindo a AICEP e associações empresariais, cujos dados não estão a ser convenientemente disseminados, fazendo com que a informação referente a investimentos importantes tenha de ser intermediada pela própria Secretaria de Estado.

Interveio a Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**, começando por agradecer a presença do Senhor Secretário de Estado, e a própria iniciativa do CDS/PP. Perguntou como se poderá reforçar a imagem de Portugal junto dos seus potenciais investidores, de que forma está a ser articulado o trabalho com as associações empresariais e qual a opinião destas relativamente às condições de internacionalização da economia e, finalmente, que trabalho tem vindo a ser feito no âmbito da diversificação de mercados-alvo, tendo em conta, designadamente, os casos da Índia e da China, dadas as recentes visitas oficiais ali efetuada pelo Primeiro-Ministro.

Referiu o Senhor **Secretário de Estado** ser por vezes difícil gerir certas pulsões protecionistas veiculadas por alguns países. Anunciou que o programa “Internacionalizar” vai introduzir mecanismos de facilitação no acesso ao crédito para investimento externo, para empresas portuguesas em território nacional ou sediadas no estrangeiro. É forçoso que penetremos certas plataformas de investimento, como os fundos soberanos ou países com excedentes de capital (Coreis, China, etc.), para cujo efeito é obrigatório disseminar informação sobre investimentos através de eventos de cariz económico a realizar em Portugal e no exterior, aos quais deverão suceder missões comerciais e económicas, já possuidoras de informação acrescida e melhor pontuada, lembrado que as empresas portuguesas têm ainda pouca

experiencia nos mercados asiáticos, sublinhando, assim, os benefícios das recentes visitas à Índia e à China.

Interveio a Senhora **Deputada Domicília Costa (BE)** que começou por cumprimentar todos os presentes. Seguidamente e acerca da mudança operada na direção da AICEP, perguntou se a substituição de Frasquilho por Castro Henriques tem por detrás alguma alteração de cariz estratégico. Depois, questionou o convidado sobre se o investimento no imobiliário e no turismo estão a ter algum tipo de contrapartida que vise evitar a gentrificação. Relativamente à internacionalização, fez notar que a CGD não anunciou medida alguma a este respeito, e se o Governo tem opinião acerca da matéria. Finalmente, e no concernente aos seguros para exportações, questionou o Secretário de Estado sobre se o Governo pretende fazer algo sobre a matéria, dado que os montantes premiais pedidos são extremamente desincentivadores, quando não obstaculizadores, da própria internacionalização.

Em resposta, referiu o **convidado** que as opiniões do Dr. Frasquilho não vinculam o Governo, sendo que o Conselho de administração da AICEP está a ultimar o plano do programa em causa. Embora o turismo não dependa desta Secretaria de Estado, tem existido um profícuo trabalho em comum, tendo sido a pasta do turismo a aproveitar a reconversão e requalificação de zonas centrais históricas das grandes urbes. Relativamente à CGD, referiu que irá ter lugar esta semana reunião sobre internacionalização. Muitas declarações oficiais destinam-se a ser lidas em Bruxelas, pois está em causa o tratamento que deve ser conferido à CGD à luz das regras de mercado.

Interveio o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para referir que o “Internacionalizar” é uma mão cheia de nada. Em julho de 2016, segundo afirmou, o Primeiro-ministro noticiava que iria começar a operar em setembro, sendo que apenas se assume que houve um atraso. Perguntou se seria possível obter um *draft* do plano que a AICEP possui ou, não sendo tal possível, se poderiam ser partilhadas as linhas gerais do mesmo. De seguida, referiu existir um nítido abrandamento do crescimento económico, comparativamente aos últimos anos, sendo que em Espanha o crescimento é maior. Perguntou qual o empenhamento e participação em concreto do Secretário de Estado na estratégia da AICEP.

Já na presença do Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto** que assumiu a direção da sessão, respondeu o Senhor Secretário de Estado que a AICEP tem três meses para elaborar o seu plano e que a atual Administração iniciou funções há apenas um. Informou, ainda, que o *draft* existente não está em conduções de ser distribuído, estando presentemente nas mãos dos elementos do Conselho para recolha de contributos, comprometendo-se, porém, a facultar o *draft* final logo que possível. Referiu, ainda que os investidores estrangeiros não têm uma adequada perceção económica da realidade portuguesa. Contudo, cerca de 56% das trocas comerciais são já imputáveis a países da região ásia-pacífico. Saliu que a articulação na área económico-comercial é extremamente trabalhosa, pelo que pouco tempo resta para o *marketing* político, preferindo a descrição e o aproveitamento do tempo naquilo que realmente é crucial.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Bruno Dias (PCP)** que começou por saudar o convidado em nome do seu Grupo Parlamentar. De seguida, defendeu que a informação económica pertinente deve circular pela economia real, cabendo à CGD ter um papel fundamental no financiamento às empresas. E perguntou, a finalizar, se a rede externa da AICEP é suficiente, se deve ser expandida e, na afirmativa, para que mercados.

Respondeu o Senhor **Secretário de Estado** que a COSEC fez alguns seguros de crédito em países onde a banca normal possui dificuldades em operar. Existem linhas de seguros que se pretende ver alargadas, quer quanto a montantes seguros, quer quanto a tempo de duração dos mesmos. Cuba e Irão estão na linha da frente nos seguros de investimento. Por outro lado, elucidou que a internacionalização se faz, essencialmente, com a banca comercial em concorrência com bancos estrangeiros, tendo realçado o potencial de crescimento muito razoável do Senegal e Costa do Marfim, dois bons exemplos de países com cuja banca local, a portuguesa deveria estabelecer acordos e parcerias. A CGD tem de conciliar dois aspetos, a saber, a análise financeira de riscos, comum a toda a banca e o facto de se tratar de um banco público. No respeitante à rede externa da AICEP, segue-se o Parecer Mackenzie, com aproximadamente dez anos, segundo o qual o crescimento significativo está sempre dependente da captura de fatias razoáveis dos mercados emergentes, aí residindo a importância da América Latina da Ásia.

De seguida, teve lugar a **2.ª Ronda** de intervenções, intervieram os Senhores **Deputados** abaixo assinalados, que formularam as seguintes questões:

Carlos Páscoa (PSD), referindo que a CGD vai sair da África do Sul, entregando a sua parcela deste mercado à banca inglesa e perguntou: que papel defende o convidado para as Câmaras de Comércio e se estas não deveriam estar representadas na estrutura superior que controla a estratégia da internacionalização; se o apoio financeiro às pequenas e médias empresas em vista da sua internacionalização não poderia ser assegurado pelo banco de fomento; como veria o Secretário de Estado da Internacionalização a criação de um banco de fomento só para a CPLP.

Paulo Pisco (PS), que quis saber: qual o estado da balança comercial com o Brasil; o que é que tem falhado na promoção externa de Portugal e o que poderia neste domínio fazer-se de novo; quanto às comunidades portuguesas, como avalia o convidado o aproveitamento do investimento feito pela Diáspora.

Domicília Costa (BE) que quis saber se era verdade a existência de colaboradores da AICEP vinculados em regime de “recibo verde”, e qual o nível de precariedade no trabalho que é registado na Agência.

Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP) que começou por frisar terem passado oito meses sobre ao anúncio do programa “Internacionalizar” e que nada foi dito acerca disso pelo Secretário de Estado nesta Audição. Solicitou garantia do convidado quanto à disponibilização À Comissão do *draft* do programa, até final de abril; para além do setor imobiliário, que outros instrumentos de captação de investimento estão previstos; e como pretende o Governo tirar o melhor partido do CETA.

Bruno Dias (PCP), que questionou qual o efetivo papel que está a assegurar presentemente a instituição financeira de desenvolvimento, vulgarmente conhecida por “banco de fomento”; e que mercados alternativos podem ser explorados.

Adão Silva (PSD) que, enquanto Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade com o Irão, quis saber se está prevista alguma alteração na dinâmica da atribuição de vistos, designadamente, os de índole empresarial; quais as dificuldades verificadas na outorga de seguros de crédito, tanto para importações como para exportações; e se, em face do aumento de empresários portugueses no Irão, não deveria existir um maior acompanhamento por arte da AICEP, de forma a evitar a “contaminação” de verdadeiras intenções de investimento; e

ainda, como está a ser articulada a colaboração com o fundo soberano iraniano, dado que, ao que parece, não terá sido assegurado um conveniente acompanhamento de uma delegação iraniana recentemente vinda a Portugal.

Maria Augusta Santos (PS) para saber que tipos de apoios estão previstos para a internacionalização das pequenas e médias empresas ligadas ao empreendedorismo, designadamente, as sediadas no distrito de Braga.

Lara Martinho (PS) para perguntar se se encontram em preparação memorandos de investimento tripartido, e se as comissões mistas estão a integrar o factor-internacionalização nas relações bilaterais; finalmente, quais as alternativas do Governo para a crise dos laticínios açorianos, dada a crise resultante do embargo de exportações europeias para a Rússia.

Interveio, ainda, o Senhor **Presidente**, para sublinhar a disponibilidade do Senhor Secretário de Estado em comparecer a esta audição, tendo salientado que também a Comissão de Negócios Estrangeiros se vê, por vezes, arrastada para a abordagem e discussão da questão da diplomacia económica que se entrecruza com a diplomacia parlamentar, fazendo dos Deputados mensageiros válidos e essenciais no esforço de internacionalização da economia, na sequência dos múltiplos contactos que vão estabelecendo com os seus interlocutores de parlamentos estrangeiros.

Respondeu o Senhor **Secretário de Estado** não poder comentar a gestão praticada na CGD. Depois, para referir que as Câmaras de Comércio já se encontram representadas no Conselho Estratégico da Internacionalização. Relativamente ao “banco de fomento”, informou que o seu acionamento está dependente de luz verde de Bruxelas. Disse desconhecer casos de precariedade na AICEP, oriundos do INOVE, existindo, outrossim, uma extensão do tempo de permanência de algumas pessoas no exterior, mas sem intenção de continuidade. Nem tem ideia de existirem em número significativo contratos a prazo na AICEP, comprometendo-se a remeter à Comissão os dados disponíveis. O Brasil é um mercado muito protegido e com bastantes barreiras, não vislumbrando grande margem de evolução positiva no relacionamento bilateral, salvo se integradas no âmbito de aplicação do MERCOSUL. De seguida, referiu que a promoção externa de Portugal deve ser adaptada às especiais circunstâncias dos investidores, devendo incorporar as características mais estáveis do país e apresentando-as sempre de forma diferenciada, em função dos destinatários e daquilo que

eles mais valorizam. Exemplificando com os casos da *Mitsai*, *Mitsubishi* e *Skoda*, frisou que o que neste domínio vale para a Europa, não vale para os países do Golfo Pérsico, onde os grandes negócios são sempre realizados ao mais alto nível, i.e., não é possível levar um diretor-geral a fazer um negócio com um Emir, pois as Casas Reais do Golfo só negociam com Primeiros-ministros e Presidentes. Finalmente e quanto às Comunidades Portuguesas, realçou o trabalho articulado com a Secretaria de Estado das Comunidades que é essencial para se saber, concretamente, qual o volume de investimento potencialmente oriundo da Diáspora, em qualquer parte do mundo, levando sempre tempo a reunir tal informação. Anunciou, ainda, que a breve trecho irá ser promovido um Seminário Económico sobre o CETA, bem como uma missão específica ao Canadá. Relativamente às relações com o Irão, referiu ter já ocorrido uma reunião com a direção-Geral dos Serviços Consulares para resolver algumas questões relacionadas com a segurança no processo de emissão de vistos, questão tão mais pr5emente quanto se discute presentemente a possibilidade de vir a ser estabelecido voo direto entre ambas as capitais. Sublinhou ter sido posta alguma ordem nas missões económicas ao Irão, precisamente para evitar “contaminações”, estando prevista para este ano apenas uma. Referiu não existir financiamento local para investimento estrangeiro, devendo as associações empresariais pressionar a banca para abertura de sucursais no Irão. O Tesouro americano apenas levantou recentemente restrições secundárias, pelo que os negócios estão a ser feitos não em dólares, mas sim em euros. Relativamente ao fundo soberano do Irão, uma vez alertado para o facto, vai verificar em concreto o que se passou com a referida visita. Quanto ao *draft* sobre o programa “Internacionalizar” apenas o poderá disponibilizar quando do mesmo for dado conhecimento ao Primeiro-ministro. Mais referiu ter a AICEP criado recentemente a figura do especialista em investimento local, estando os respetivos *scouts* divididos por grandes áreas geográficas, admitindo-se que, nalguns casos, devam existir subdivisões. No domínio das relações com a China, prevê que a próxima vaga de investimento se situe ao nível das empresas privadas, devendo promover-se acordos de parceria locais, geradores de maior confiança e informação, não bastando o comprometimento do delegado da AICEP que não tem poder __ nem é de tal forma olhado __ pelos potenciais parceiros chineses. Na região do Golfo Pérsico, em particular, só é possível que um fundo soberano invista, se em paralelo uma entidade nacional de cariz idêntico assuma fatia de investimento em montante idêntico, daqui resultando a vantagem que consistiria em criar algo semelhante a um “fundo dos fundos”.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente** encerrou a sessão pelas treze horas e trinta minutos, tendo entretanto agradecido a presença do convidado.

A presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado através das seguintes hiperligações:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/cnecp_20170315.mp3

Palácio de São Bento, 15 de março de 2017,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Domicília Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Santos
Joana Lima
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
António Ventura
Berta Cabral
Carla Sousa
Maria Augusta Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Ascenso Simões
Gabriela Canavilhas
João Oliveira
José Cesário
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Paulo Pisco

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 27/06/2017.